



# CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

**PROCESSO Nº.: 1161/2024**

Tipo de Proposição: **Veto**

Número de Proposição:  
**4**

Data do Protocolo:  
**25/01/2024 16:28:27**

Data da Elaboração:  
**25/01/2024 16:28:27**

Autoria:  
**Executivo Municipal (Câmara Digital)**

Ementa:

**Acrescenta os § 1º, § 2º E § 3º ao artigo 294 da Lei Complementar nº 04, de 24 de dezembro de 1992, que institui o código sanitário e de posturas do município, o código de defesa do meio ambiente e recursos naturais, o código de obras e edificações e dá outras providências. (MENSAGEM Nº 02/2024)**



OF GP Nº 465/2024

Cuiabá/MT, 25 de janeiro de 2024

A Sua Excelência, o Senhor

**Chico 2000**

Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá

Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência e aos dignos Vereadores a mensagem nº 02/2024 com as respectivas RAZÕES DE VETO TOTAL ao Projeto de Lei que em súmula "**Acrescenta os § 1º, § 2º E § 3º ao artigo 294 da Lei Complementar nº 04, de 24 de dezembro de 1992, que institui o código sanitário e de posturas do município, o código de defesa do meio ambiente e recursos naturais, o código de obras e edificações e dá outras providências. (MENSAGEM Nº 02/2024)**", para a devida análise.

Sendo o que temos no momento, apresentamos na oportunidade os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Emanuel Pinheiro**  
**Prefeito Municipal**



## MENSAGEM Nº 02/2024

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**  
**Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,**  
**Excelentíssimos Senhores Vereadores,**

No exercício das prerrogativas contidas no artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, levo ao conhecimento de Vossas Excelências as razões de **VETO TOTAL** aposto ao Projeto de Lei que em súmula “ACRESCENTA OS § 1º, § 2º E § 3º AO ARTIGO 294 DA LEI complementar nº 04, de 24 de dezembro de 1992, que Institui o código sanitário e de posturas do município, o código de defesa do meio ambiente e recursos naturais, o código de obras e edificações e dá outras providências”.

### RAZÕES DO VETO TOTAL

O ilustre Vereador Dilemário Alencar, apresentou à deliberação dos seus pares o Projeto de Lei em comento, aprovado pelos membros dessa Casa Legislativa, sendo submetido à apreciação do Chefe do Poder Executivo, em conformidade com o estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

Verificando o processo legislativo, nota-se que o mesmo ao discorrer sobre a possibilidade de afixação de cartaz com informações que ajudem a conscientização na conscientização sobre impacto negativo dos resíduos do cigarro. Onde dentro da propositura em seu art. 2º, discorre dos lugares onde deverá ser implementado.

Em que pese a louvável intenção do nobilíssimo parlamentar ao apresentar a referida propositura, com a máxima **vênia**, as determinações constantes no referido projeto de lei, de colidir a competência legislativa que interfere, de maneira direta no âmbito da gestão administrativa, afeta ao Poder Executivo e, portanto, padece de vício de iniciativa, incorrendo a propositura em inconstitucionalidade formal, além de esbarrar em competência material e legislativa do Chefe do Executivo acerca dos Decretos Autônomos (art. 41, **XXXV**, **Lei Orgânica Municipal** e simetricamente, art. 84, VI, “a”, **Constituição da República**).

No que consiste ao princípio da separação dos poderes, a Constituição Estadual, perfilhando as diretrizes da Constituição Republicana, comete a um Poder competências próprias, insuscetíveis de invasão por outro. Assim, ao Poder Executivo são outorgadas atribuições típicas da função administrativa, como, por exemplo, dispor sobre serviços públicos bem como organização administrativa.



Enquanto ao Poder Legislativo, **em sua essência**, reserva a competência legislativa **em fiscalizar os demais Poderes** e dispor sobre **matérias relacionadas ao orçamento/patrimônio público, seus servidores** e sua **própria organização**.

A **Constituição da República**, em seu art. **175** c/c art. **61 § 1.º, II**, alínea “b”, outorgam ao chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre organização administrativa. No mesmo sentido a Constituição do Estado de Mato Grosso, dispõe em seu art. **66, V**, que a organização e funcionamento da Administração do Estado se encontra na competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Evidente, portanto, alguma inconstitucionalidade formal e material do Projeto de lei sob análise. Pois trata de matéria, que conforme ordenamento jurídico pátrio, a propositura dela deve se dar por parte do Poder Executivo, tendo em vista que se trata de matéria referente a organização administrativa e serviços públicos o que dispõe sobre o art. 2º inciso VI, o que com fundamento no princípio da simetria, a iniciativa do processo legislativo está reservada ao Chefe do Poder Executivo.

A espécie normativa apresentada é verticalmente incompatível com nosso ordenamento jurídico-normativo, devido ao princípio federativo e o da **simetria constitucional**, materializados no art. **39, parágrafo único**, art. **66, V**, art. **69** e art. **195** da Constituição do Estado de Mato Grosso aplicáveis aos Municípios por força do art. **173, § 2.º** art. **195, parágrafo único** da **Constituição Estadual de Mato Grosso**, bem como no art. **41, I, XXII** e **XXXV** da **Lei Orgânica Municipal**, os quais dispõem, respectivamente, o seguinte:

*Art. 39 (...)*

***Parágrafo único São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que: [...]***

***II - disponham sobre: [...]***

***d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública; [...]***

***Art. 66 - Compete privativamente ao Governador do Estado: [...]***

***V - dispor sobre a organização e funcionamento da Administração do Estado, na forma da lei;***

***Art. 69 A direção superior da Administração do Estado é exercida pelo***



**Gabinete do Governador, e auxiliado pelos Secretários de Estado. [...]**

**Art. 173 O Município integra a República Federativa do Brasil. (...)**

**§ 2º Organiza-se e rege-se o Município por sua lei orgânica e demais leis que adotar, com os poderes e segundo os princípios e preceitos estabelecidos pela Constituição Federal e nesta Constituição. (CEMT)**

(...)

**Art. 195** O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

**Parágrafo único São de iniciativa privativa do Prefeito** as leis que disponham sobre:

**I** - matéria orçamentária e tributária;

**II** - servidor público, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

**III** - criação, estrutura e atribuição de órgãos de Administração Pública municipal;

**IV** - criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Pública direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração. **(CEMT)**  
(Original sem grifos).

**Art. 27 São de iniciativa exclusiva do Prefeito** as leis que disponham sobre:

**I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos**

**públicos na Administração Direta, autárquica e fundacional e sua remuneração; (...)**

**II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;**

**III – criação e extinção de Secretarias e órgãos da Administração Pública;**

**IV – matéria orçamentária e a que autorize abertura de crédito ou conceda auxílio, prêmios e subvenções.**

**Parágrafo único. Não será admitido aumento da despesa prevista nos**

**projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.** (Original sem grifos)

[...]



**Art. 41 Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:**

**I - a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica; (...)**

**XXII - organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas; (...)**

**XXXV – dispor, mediante Decreto, sobre:**

**a) organização e funcionamento da administração, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (LOM) (Original sem grifos).**

Salientamos que resta pacificado em nosso ordenamento jurídico pátrio, que atos normativos que dispõe sobre a matéria do projeto de lei sob análise, são de competência do Poder Executivo. Nesse sentido, colacionam-se os seguintes arestos:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL N.º 615/2017, DO MUNICÍPIO DE PANTANO GRANDE. CADASTRO MUNICIPAL DE DOADORES DE SANGUE. CRIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES A SECRETARIAS MUNICIPAIS. VÍCIO DE INICIATIVA CONFIGURADO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. 1. Lei n.º 615/2017, de iniciativa do Legislativo Municipal, instituiu cadastro de doadores de sangue no município de Pantano Grande e estabeleceu procedimentos que visam divulgar, incentivar e conscientizar a doação de sangue. 2. A lei impugnada cria atribuições para a Secretaria Municipal de Saúde e para a Secretaria Municipal de Educação, em desrespeito à **competência privativa do Chefe do Poder Executivo**, insculpida nos artigos 60, inciso II, alínea d; e 82, incisos III e VII, da Constituição Estadual. 3. Ofensa ao princípio da separação e independência dos Poderes no âmbito municipal, consagrado nos artigos 8.º, 10, da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME. (TJRS - ADI: 70079286480 RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 04/02/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/02/2019) (Original sem Grifos).**

Ao dispor sobre matéria que implique estrutura e administração municipal, impondo obrigações às entidades do governo municipal, criando ou não despesas para a Administração Municipal, o projeto de lei, em princípio, cuida de matéria a ser regulamentada pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, cuja organização e funcionamento é disciplinada por lei de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.



Resta evidente que o projeto de lei, interfere na organização administrativa do Executivo Municipal, posto que elenca uma série de atos a serem realizados pelo executivo municipal, tais como a imposição sobre a obrigatoriedade do executivo que onde Fica obrigada a instalação de célula de segurança para os garis nos caminhões que fazem a coleta de lixo no âmbito do município de Cuiabá

Não obstante a proposta de Lei denotar, **superficialmente**, interesse público, é necessário que se observe a competência legislativa do Chefe do Executivo, sob pena de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Tal pretensão trazida na propositiva de lei, por si, demandará mobilização de pessoal e órgão pertencentes ao Poder Executivo, o que conseqüentemente implicara em latente interferência em outra esfera de Poder, o que, por si, já configuraria o vício de iniciativa. Destarte, em outras palavras, a presente proposição carece de interesses (legitimidade e resultado útil).

Pois, além de tudo, o **exercício da competência/atribuição** exclusiva - ou mesmo privativa - do Chefe do Executivo **prescinde da permissão/autorização** do Poder Legislativo.

Desta feita, apesar da nobre intenção do Vereador autor do Projeto de Lei em testilha, verifica-se que o mesmo, ao legislar sobre matéria de afeta a administração pública do Executivo Municipal, tendo em vista sua exclusiva função executiva e administrativa no âmbito deste Ente. Revelando a sua incompatibilidade com os princípios de independência harmônica e separação dos poderes, insculpidos na Constituição Republicana e replicados na carta Mato-grossense.

Diante do exposto, Senhores Vereadores, aponho **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei apresentado ante não haver previsão de impacto nas finanças públicas municipais sem qualquer estudo orçamentário-financeiro a amparar a pretensão, demonstrando a total ausência de interesse público, para autógrafo constitucional, submetendo-o à apreciação dos membros dessa Casa de Leis, aguardando sua acolhida nos termos dos fundamentos jurídicos esposados.

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, 25 de janeiro de 2024



**Emanuel Pinheiro**  
**Prefeito Municipal**



